

referimos anteriormente. O valor no espaço é um valor criado, um produto do trabalho. As duas formas ocorrem em unidade, pois a substantivação de um dado potencial implica no dispêndio de uma quantidade de trabalho que se materializa no espaço. Porém, se o móvel que condiciona a apropriação de uma dada porção do globo estiver numa ou noutra forma de valor, o resultado e a dinâmica do processo de apropriação serão diferentes. No artigo citado, relacionamos as formas de valor espacial às formas de renda da terra. Atualmente, estamos trabalhando no sentido de exemplificar tais afirmações em estudos de caso.

Finalizando, queremos dizer que tentamos apresentar uma perspectiva de trabalho no estudo do espaço. As idéias expostas são fruto de um processo de abstração; partimos de alguns pontos e procuramos tecer o encaminhamento teórico que nos permitisse ascender ao concreto, debruçar sobre a realidade sem reproduzir a tônica empirista da geografia. Cabe agora iniciarmos o processo de concreção tentando dar conta de formações territoriais concretas. Tal problemática pode para muitos ser associada a uma discussão puramente acadêmica, porém acreditamos que solucionando-a poderemos avançar muito na compreensão da particularidade. Esta questão é de importância vital, pois cada vez mais a realidade demonstra que não se pode reduzir as singularidades concretas às formulações genéricas. A singularidade deve ser bem apreendida para uma avaliação correta. O conhecimento das formações territoriais coloca-se como imperativo de qualquer análise política conseqüente.

5. O ESPAÇO COMO SER: UMA AUTO-AVALIAÇÃO CRÍTICA

Armando Corrêa da Silva

Neste trabalho considero a legalidade de uma disciplina que denomino geografia teórica, destinada à discussão do problema do espaço como ser, por uma via que define a possibilidade da solução teórica, que implica em uma prática específica. Como são muitos os problemas a levar em conta, e como se trata de um pensamento em elaboração, a forma que assume o discurso é a de uma auto-avaliação crítica. Esses problemas são: o movimento, que se repete, da posição racionalista à empirista, e vice-versa; a tentativa de responder à questão de se a estrutura é um componente ideológico do real ou se é um atributo do objeto; a categoria da subtotalidade, com a qual trabalho; o problema da natureza das relações; a busca de resposta para a indagação: o que é o espaço?; a solução pluralista em sua forma atual; uma teoria do lugar e seus fundamentos; o antigo tema da dialética da natureza; a materialidade do espaço; a relação positivismo-dialética na geografia francesa; o que denomino de ontologia de Reclus; a categoria da particularidade; a natureza dos estudos sobre o Brasil; e singularidade estrutural; o movimento da estrutura; o movimento do pensamento em nossa época; as soluções ontológicas possíveis, como a geoeconomia, a geoeconomia política, a espacialização da economia política. Termino o texto sugerindo a pesquisa como requisito para dar substância ao projeto de uma teoria em elaboração, capaz de dar a referida legalidade ao trabalho intelectual, capaz de produzir essa geografia teórica.

Os assuntos estão agrupados em três tópicos: *O espaço ontológico*; *Espaço e movimento*; *O espaço da particularidade*, correspondendo, respectivamente, a uma discussão sobre objeto, uma discussão sobre método; e uma consideração conjunta de objeto e método, que, como determinação, põe o problema da práxis intelectual e da legalidade do trabalho teórico. O resultado, como produto socialmente necessário, justifica-se como atividade cultural que põe em evidência o saber como componente acadêmica ou utilitária em nossa sociedade, no presente. Por isso, este texto tem um valor em si e um valor para consumo cultural. É que as idéias, ao nível da técnica, da ciência ou da filosofia, em nosso mundo moderno, apresentam-se como elementos necessários à elucidação das contradições do real, num nível que questiona a própria produção intelectual, como trabalho individual ou coletivo.

Esse nível pode ser referido ao mundo urbano, que representa hoje o lugar em que se condensam as contradições do campo e da indústria, das quais tomamos consciência intensamente, por meio das comunicações. O discurso tem, então, uma referência lógica específica, que representa a particularidade do presente, presente esse que contém o passado e o futuro, espacialmente dados.

Nesta modalidade, as idéias não propõem nem a ação política, nem o debate crítico, a não ser na própria instância de poder, a universidade. Elas encontram, por isso, seu ser, na própria ontologia do trabalho intelectual. Todavia, essa ontologia é indicativa da ação política e do debate crítico, sem pretender substituí-los e necessariamente comprometer-se com outras soluções que não as do próprio autor, que se coloca aqui como um intelectual, que não propõe senão sua própria teleologia.

O ESPAÇO ONTOLOGICO

Muitos geógrafos, hoje, estão tentando encontrar a via de solução teórica para o trabalho que a geografia deve fazer agora. A geografia realizada até o presente ganhou o estatuto, que deve e necessita ser reconhecido como amplamente alcançado, de uma disciplina científica, que deveria autodeterminar-se geografia descritiva ou geografia empírica. O movimento contraditório do pensamento, ao relacioná-las, a primeira e a segunda, defronta-se com um grande número de questões, sem que consiga resolvê-las. É que essa

geografia descritiva é um produto acabado, ao passo que a geografia teórica está apenas surgindo.

Uma contribuição importante da primeira é a ampla pesquisa que realizou no âmbito dos trabalhos sobre espaço absoluto. Os textos recentes tratam do espaço relativo. Mas esses trabalhos geralmente não contêm discussões teóricas. Além disso, põe-se o problema do espaço relacional.

Diz D. Harvey: "Há outro sentido, em relação ao qual o espaço pode ser pensado como relativo, e opto por chamá-lo espaço relacional — o espaço, tomado à maneira de Leibniz, como estando contido nos objetos, no sentido de que um objeto existe, apenas e somente, se contém e representa dentro de si relações com outros objetos" (p. 13).

A proposição de D. Harvey é importante naquilo que representa a possibilidade de superação da dicotomia espaço absoluto *versus* espaço relativo. É importante também porque ultrapassa a consideração do espaço absoluto como solução filosoficamente de caráter idealista. Isto é, o espaço absoluto de Harvey tem existência real, objetiva e material.

No entanto, essa solução apresenta um problema, ou seja, o espaço não se põe *como ser*. A solução no que diz respeito ao movimento do espaço é remetida à prática humana, que valida a questão da ação política e do debate crítico, mas não resolve o problema teórico.

A solução é racionalista, naquilo em que provoca o aparecimento de sua contrapartida, o empirismo. A busca de um caminho à solução deve passar pela tentativa de resolver a superação da contradição que se põe. Harvey não o faz. Diz ele: "Até aqui lidamos com totalidades e estruturas como se fossem sinônimos e falhamos em considerar como as totalidades e estruturas devam ser definidas." Contudo, reconhece que "...estruturas distintas existem na totalidade e (...) essas estruturas podem ser diferenciadas umas das outras" (p. 290).

Relacionando Marx e Piaget, Harvey caracteriza o primeiro como um "estruturalista operacional". Não sei se essa não é a posição do próprio Harvey afinal. Porque não fica claro se a estrutura é um componente ideológico ou um atributo do objeto.

Lacoste diz o seguinte: "Aprender a espacialidade diferencial e procurar estruturá-la é substituir uma representação do mundo feita de dados e de demarcações evidentes por uma representação de mundo 'construída' pela combinação de conjuntos espaciais que se

formam intelectualmente e que constituem instrumentos diferenciais de apreensão progressiva das múltiplas formas da 'realidade'" (p. 121).

Enquanto Harvey lida com totalidades e estruturas e não resolve o impasse, Lacoste assume a estrutura como objeto. Em relação à questão de se estrutura é um componente ideológico ou um atributo do objeto, apresenta, em primeiro lugar, a questão do observador, ou, como diz, se trata de *apreender* o real. Esse real é *espacialidade diferencial* que deve ser estruturada; a partir dessa postura, Lacoste chega à conclusão de que fazer isso é substituir o empirismo ("uma representação do mundo *feita* de dados e de demarcações evidentes") pelo racionalismo ("uma representação do mundo '*construída*'"); essa construção se dá por "*combinação*" de "conjuntos espaciais"; os "conjuntos espaciais" se *formam* intelectualmente; esses "conjuntos espaciais" constituem "instrumentos diferenciais"; a "apreensão progressiva" do objeto mune-se, então, de instrumentos — os "conjuntos espaciais" teóricos; o objeto são as "múltiplas formas da 'realidade' — o objeto é múltiplo e apresenta-se como *forma*, que é manifestação da 'realidade'.

É clara a crítica ao empirismo e a defesa da posição racionalista. Mas por um caminho diferente do de Harvey. Note-se que Harvey assume a dialética e o método de Marx; Lacoste trabalha com uma modalidade de estruturalismo que se qualifica como "estrutura da espacialidade diferencial". O que ambos têm em comum é a preocupação com a especificidade do objeto: Harvey fala em "estruturas distintas", que podem ser "diferenciadas umas das outras"; Lacoste fala em "conjuntos espaciais", mentais, que são o meio para a apreensão progressiva do objeto, que é múltiplo e apresenta-se ao observador como forma, e esta como maneira de ser da 'realidade'.

A contribuição de Lacoste, que julgo importante, é a desmistificação do reducionismo geográfico: o todo é, desde logo, complexo. Essa complexidade é, então, desdobrada analiticamente, no discurso, através de uma solução estrutural que se apóia nos termos *espacialidade diferencial, representação do mundo, combinação, conjuntos espaciais, instrumentos diferenciais e formas*.

No entanto, o espaço se põe *como ser*, mas por uma via epistemológica; a questão, de simples passa a ser complexa, mas o todo é preservado por um recurso tradicional da geografia francesa: a noção de *combinação*. O todo não o é como tal, mas resulta de um agrupamento.

A solução é, por isso, uma proposição metodológica que remete ao fazer e, portanto, ao empirismo: cabe à prática intelectual resolver a questão. Daí que, a pergunta: a estrutura é um componente ideológico ou um atributo do objeto? fica sem resposta, ou seja, só a prática humana a resolve em Harvey, e só a prática intelectual a resolve, em Lacoste.

Uma objeção importante às caracterizações de Harvey e Lacoste a propósito do espaço é a de que elas dizem respeito a uma posição, que pode ser considerada como resultado de um ponto de vista relativo ao lugar de observação: os Estados Unidos e a Europa. Qual poderia ser o ponto de vista do Terceiro Mundo?

Para Milton Santos, que estudou a questão, o espaço se põe como "totalidade e estrutura interna". Como diz: "A natureza dessa nova forma de totalização correspondente à era da tecnologia e das multinacionais exige que o quadro nacional seja tomado como a escala viável dessa totalidade e dá um lugar particular ao valor da estrutura interna, concreta, de cada país. É através dessa estrutura interna concreta que os chamados valores mundiais se exprimem ao nível de cada classe social, de cada lugar, de cada cidadão, que é o que conta" (p. 171).

Aqui, a estrutura não é nem um componente ideológico, nem um atributo do objeto. Desde logo, a questão se põe de modo diverso. É que Milton trabalha com uma teoria do valor normativa: é quando diz que "a natureza dessa nova forma de totalização" (tecnologia e multinacionais) *exige* uma escala ("o quadro nacional"). Por isso, põe-se a questão da especificidade da escala, especificidade essa que recebe um atributo de valor. Ou seja, "a natureza dessa nova forma de totalização", "dá um lugar particular ao *valor* da estrutura interna, concreta, de cada país". Então, o espaço age valorativamente sobre o espaço e o sobredetermina fenomenologicamente, vale dizer, pelo ângulo da percepção. A essa teoria do valor psicológico acrescenta-se uma dimensão diferente: não é que o lugar tenha um "valor em si" (absoluto); mas "é através dessa estrutura interna concreta que os chamados valores mundiais se exprimem". Há, então, uma teoria do valor, psicológica, que se exprime através de uma estrutura interna ("concreta, de cada país") objetiva; esta objetividade é representada pela *classe social*, pelo *lugar* e pelo *cidadão*; o concreto se exprime como instâncias (níveis), que são esses: a classe, o lugar, o cidadão; um dado social, um dado geográfico e um dado político. A unidade do argumento é sistêmica e pode ser

representada na seqüência: valores mundiais (*input*), estrutura interna concreta (quadro nacional) (processamento), e classe, lugar, cidadão (*output*). O *feedback*, representado pelos níveis classe, lugar, cidadão, influenciando sobre os valores mundiais, realimenta o sistema.

A solução de Milton Santos implica em uma abordagem que combina economia política, geografia, fenomenologia, e análise sistêmica. Há, aqui, uma estrutura dinâmica de sentido diverso do das soluções de Harvey e Lacoste. Santos lida com "totalidade e estrutura interna". O todo aparece como *sistema dinâmico*, ou em funcionamento, ou em movimento. Seu ser é a determinação interna do econômico, do político, do geográfico e do psicológico. Objetivamente, o todo, o sistema, é envolvente, e o observador sabe que sua objetividade é produzida e reproduzida pela "era da tecnologia e das multinacionais", que engloba todo o universo capitalista e se estende aos espaços socialista e Terceiro Mundo (países subdesenvolvidos). A realidade mundial apresenta, como dado, a nação, o "quadro nacional", como estrutura interna, que é o meio de expressão dos níveis classe, lugar, cidadão. O conhecimento resultante é uma modalidade específica de estruturalismo, que apresenta a possibilidade de tratamento de muitas variáveis a um só tempo. No caso, a análise sistêmica é uma análise geoeconômico-político-fenomenológica. A posição de Milton, aqui, amplia a discussão de Harvey e Lacoste, quando sugere a noção de "estruturalismo sistêmico". O "estruturalismo sistêmico" torna irrelevante a questão de se a estrutura é uma ideologia ou se é um atributo do objeto.

Minha posição em relação às questões apresentadas não implica em negação das soluções encontradas. Nesta auto-avaliação crítica preocupa-me a afirmação de Harvey de que o método de Marx propõe que as soluções sejam tomadas como problemas e estes como soluções. Examinando as proposições anteriores, encontro lugar para a afirmação de minha problemática. Digo: "Isto quer dizer que cada geógrafo mantém a tradição da ciência de síntese, mas termina por abordar apenas uma parte do todo. O possível é, então, a construção da subtotalidade" (p. 6).

A idéia de subtotalidade é uma transposição, para a dialética, do problema do todo e partes do estruturalismo. É fácil compreender que, tratando do conhecimento em seu conjunto, a idéia de subtotalidade pode justificar a existência de qualquer conhecimento específico: em meu caso, da geografia.

Meu ponto de partida é o espaço relacional de Harvey, mas tendo como ponto de referência a teoria das mônadas de Leibniz. Por que

a tomo? Porque vejo a geografia como uma ciência que tem no espaço-superfície da terra seu objeto. O espaço é o fundamento de meu racionalismo, quando o afirmo como categoria que contém o lugar, e este é expressão da área, da região, do território. A superfície da terra é o fundamento de meu empirismo, quando a tomo como manifestação concreta sensível do lugar, enquanto céus, rios, montanhas, planícies, cidades, portos, populações etc. A teoria das mônadas identifica as categorias e conceitos geográficos e os mostra à percepção na superfície da terra, como lugar em si e lugar de ocorrência e manifestação.

A dualidade "razão pura" — "razão prática", de Kant, permite que se coloque o problema da explicação, superando a tipologia implícita na proposição de Leibniz.

A dialética de Hegel me dá condições para entender que o território (tese) é a afirmação, que leva à sua negação como região (antítese), contradição essa que é superada enquanto área (síntese). Então, uma dialética do lugar e, por isso, uma dialética do espaço, do qual tomamos consciência e que, no movimento do real, permite resolver os problemas que nos coloca.

De Marx tomo a dialética materialista e o materialismo histórico, que me dão a dimensão da materialidade do espaço e da presença nele da história e, por isso, de categorias como o tempo geográfico e o tempo histórico.

De Windelband retenho a noção de ciências idiográficas e nomotéticas, que deve encontrar solução no âmbito da geografia.

De Wittgenstein retenho os recursos metodológicos da filosofia analítica, como instrumental importante para entender a epistemologia.

Da fenomenologia tomo a teoria da percepção e a teoria do fenômeno em geral.

Do existencialismo baseio-me, principalmente, na questão do sujeito e objeto existenciais.

Finalmente, encontro em Althusser as noções de estrutura e sobre-determinação, mas separando o positivista do filósofo dialético.

Não há elitismo, na posição. Essa teoria do conhecimento está se tornando necessária.

Não há, também, ecletismo, porque não há mistura nem arbitrariedade no tomar dessas posições elementos para a análise, articulando-os numa ontologia especial. Por isso, a análise de que lanço mão é, basicamente, a análise ontológica. É por isso que, aos problemas aqui apresentados, em Harvey, Lacoste e Santos, gosta-

ria de acrescentar o seguinte: de que natureza são as relações possíveis, ao nível do objeto e do método? É o que pesquiso atualmente.

Não há, na minha posição, a tentativa de lutar contra o racionalismo, ou contra o empirismo, embora na minha práxis intelectual tenha que considerar essa problemática, na medida em que o movimento geográfico pende, ora para uma posição, ora para outra. Minha preocupação é, lançando mão dos fundamentos enunciados e, talvez, de outros — tendo como referência o objeto geográfico — encontrar uma solução não sistêmica para a contradição. Por isso, trabalho com ontologia. Mas subtotalidade não é sinônimo de subsistema. Esclareça-se que nada tenho a opor à teoria geral dos sistemas, enquanto ao que é, ou seja, uma teoria, entre outras.

A questão crítica, que se coloca em relação à proposição de subtotalidade para a geografia, é o problema das relações e de sua natureza. Não me refiro às relações homem-meio ou homem-natureza, mas ao conjunto das relações espaciais, naturais e sociais. Por isso, a questão que se põe, como pré-requisito, e que ainda não está respondida é: o que é o espaço?

Se o espaço é tomado como dicotômico, muitas soluções são possíveis: há tantos espaços quantas são as abordagens. Se o espaço é tomado como contendo em si a contradição, apenas duas soluções são possíveis: a monista e a pluralista. A solução monista implica na consideração do espaço como uma única substância, irreduzível a qualquer outro aspecto do real. A solução pluralista o toma como sendo internamente articulado por seus elementos componentes. Discuto, aqui, apenas esta segunda posição.

Não se trata de apresentar uma solução de “laboratório”. O que faço é lançar mão do fundamento de uma proposição. Parto da crítica da idéia — tomada unilateralmente — de que “os corpos ocupam lugar no espaço”. Por isso, proponho (desenvolvendo as conseqüências da posição de Harvey), que tanto os corpos como o lugar vazio constituem manifestações da materialidade do espaço. Na medida em que a demonstração não se propõe, a questão se põe como posição de princípio. Por isso, o tema substantivo passa a ser: teoria do espaço? ou, teoria do lugar?

Não há necessidade de defender a existência de teorias do espaço. O que tem sido contraditado é a possibilidade da existência de uma teoria do lugar, porque *lugar* não seria uma categoria do entendimento. Excluo, desde logo, a idéia de que a proposição de “gêneros de vida”, de La Blache, por exemplo, seja uma teoria do lugar. Como diz Hartshorne: “Se as variações entre as diversas cate-

gorias de fenômenos, referidas pelos exploradores e pelos viajantes acerca de muitas áreas do globo (...), não mostrassem possuir qualquer relação mútua além da que oferece a localização comum, a geografia seria pouco mais do que um catálogo organizado ou uma enciclopédia de fatos sobre diversos países” (p. 18).

Uma teoria do lugar, significativa para o homem, deveria ser uma teoria do valor em geografia. Por isso, defendo, também, como questão de princípio, a ser demonstrada, a existência de um modo de produção natural e a existência do trabalho natural; em outras palavras, uma dialética da natureza, além de uma dialética do social — que é admitida sem muita dificuldade — que seja o fundamento da idéia de Marx do que deixa implícito com a noção de *primeira natureza*. É um pressuposto necessário para mudar a ênfase da idéia de *ocupação do espaço* para o conceito de *relações no e do espaço*. Não que a primeira não ocorra, mas sua consideração extrapola o objeto da geografia. Por isso, é necessário tomar o espaço em si como ocorrência material, como espaço absoluto, relativo e relacional. Por este caminho a geografia deixa de ser apenas uma ciência auxiliar e externa a outras ciências.

Penso que as idéias de subtotalidade e de materialidade do espaço, como foram expostas, representam questões a serem debatidas. E elas levam à questão, na solução pluralista, da existência de um espaço interno e de um espaço externo. Do ponto de vista hegeliano, o monismo se põe como tese, o pluralismo como antítese. Não sei qual a síntese. Talvez não seja possível discuti-la, sem a consideração da questão espaço e movimento.

ESPAÇO E MOVIMENTO

Esta é uma questão bastante atual e, no plano do conhecimento, vem sendo discutida como dicotomia, ou contradição, como positivismo ou dialética.

Tomo, aqui, o exemplo da geografia social francesa.

O que entendo por positivismo, no caso, tem como ponto de apoio a idéia de que, nos autores que vou mencionar, aparência e essência da realidade apresentam-se separadas, apesar da discussão constante sobre *forma*: a paisagem. Além disso, suas posições variam no tempo e em teoria do conhecimento: em linhas bastante gerais, os clássicos preocuparam-se com o objeto; os modernos privilegiavam o sujeito. Há, então, uma separação também neste aspecto.

Comento, brevemente, essa separação em Vidal de La Blache, em Max. Sorre, em Pierre George e em Paul Claval.

A separação em La Blache manifesta-se na dicotomia espaço e progresso, que tem como referência o princípio da unidade terrestre.

A separação em Sorre aparece como uma tentativa de relacionar espaço e equilíbrio (ecologia). O equilíbrio é referido como equilíbrio instável. A unidade terrestre de La Blache transforma-se na análise que fragmenta o espaço em geodésico, natural, humano, político, econômico e social.

Em Pierre George a separação assume a relação espaço e ação. A ação desenvolve-se sobre uma base, a superfície da terra, que é o meio, no qual existe a comunidade humana. As relações se dão em planos horizontais e verticais e são diversificadas na tipologia.

Paul Claval estabelece uma separação entre espaço e percepção. A dicotomia apresenta mais do que a consciência subjetiva da fragmentação, ela se torna uma aguda relação sujeito-paisagem, no conceito mais recente de entorno.

Apesar do predomínio, na geografia social francesa, dessa abordagem, essa mesma geografia apresenta uma ruptura em sua unidade, quando se considera o caso de Elisée Reclus.

Reclus, em sua obra *L'homme et la terre*, afirma o seguinte: "Cada período na vida de um povo corresponde a uma mudança em seu meio ambiente. São as desigualdades na superfície do planeta que criam a diversidade na história humana. A vida reflete o meio ambiente. A terra, o clima, a maneira de trabalhar, o tipo de alimentação, a raça, as relações de parentesco e os sistemas de agrupamento social são dados fundamentais, que desempenham seu papel e influem sobre a história de todo indivíduo" (p. 42).

Nessa proposição de Reclus são importantes as indicações de que: 1) há uma correlação entre a existência de um povo no tempo e a modificação do meio ambiente; 2) essa correlação é explicada como sendo o resultado da determinação das desigualdades do globo, que geram a diversidade da história humana; 3) o solo, o clima, a forma de trabalho, a alimentação, a raça, o parentesco, os sistemas de agrupamento social influenciam a história dos indivíduos.

Essa proposta não teve continuidade. São muito recentes as discussões sobre geografia e dialética. Modo de produção é uma categoria ausente do raciocínio geográfico. Começam a surgir em alguns trabalhos uma resposta a essas questões. É o caso, por exemplo, de

James Anderson, quando debate ideologia e geografia. Não obstante, a questão é colocada em termos gerais e não se chega à particularidade.

Considere-se que, na proposição de Reclus, o espaço determina ontologicamente o real. Mas, nas contribuições recentes, com exceção talvez apenas de Harvey, já citado, não há uma formulação nesse sentido. O problema é remetido à prática, entendida como ação política, ou ao discurso de denúncia. Em outras palavras, as questões teóricas têm também que ter respostas teóricas para que a imanência do real se ponha sem separação de pensamento e ação. Por isso a questão da particularidade é importante.

O ESPAÇO DA PARTICULARIDADE

Põe-se, por isso, o espaço particular.

A situação apresenta uma complexidade talvez específica: substitui-se a discussão das disparidades regionais pela discussão sobre as estruturas, apenas transpondo a problemática, sem solucioná-la.

Tomo, aqui, os grandes estudos sobre a realidade brasileira geográfica que apresentam pontos de apoio importantes, para discussão, em livros de franceses sobre o Brasil, em estudos nossos de grandes regiões e estudos sistemáticos especializados.

Considero, como exemplo, alguns deles.

É importante verificar que todos tomam o Brasil como particularidade, mas o discutem como singularidade: lógica, nos franceses, empírica, em nosso caso, nos exemplos escolhidos.

É preciso, então, dizer alguma coisa sobre a particularidade.

Baseio-me nas afirmações teórico-metodológicas de G. Lukács, que estudou o assunto.

Diz ele, inicialmente: "A verdadeira ciência toma da própria realidade as condições estruturais e suas transformações históricas, e quando formula leis, estas abrangem, sem dúvida, a universalidade do processo, mas de modo que pode sempre baixar dessa legalidade até os fatos singulares da vida, embora, certamente, isso ocorra frequentemente através de muitas mediações. Esta é precisamente a dialética, concretamente realizada, do universal, do particular e do singular" (p. 98).

Falando do procedimento de Marx, afirma: "Uma investigação concreta desse tipo mostra sempre e em todos os casos a relativização dialética do universal e do particular; sob determinadas situa-

ções concretas especifica-se o universal, que entra em uma determinada relação com o particular; mas também pode ocorrer que o universal absorva, ou destrua as particularidades, ou que apareça em interação com particularidades novas, ou que algo anteriormente particular se desenvolva até converter-se em uma generalidade, e vice-versa” (p. 101).

Lukács cita considerações de Marx a respeito da divisão no processo produtivo: “Tomando como referência o trabalho, pode caracterizar-se a divisão da produção social em seus grandes gêneros, a agricultura, a indústria etc., como divisão do trabalho em geral; a especificação desses gêneros da produção em tipos e subtipos, como divisão do trabalho em particular; e a divisão do trabalho dentro de uma oficina como divisão do trabalho na singularidade” (p. 105).

Essa relação dialética tem como referência o modo de produção, sem o que ela seria apenas um exercício de lógica formal.

Para Lukács, “A singularidade tem uma grande riqueza de determinações, quando é o elo final de uma cadeia de conhecimentos que conduz de legalidades descobertas, de universalidades concretas, à singularidade como meta do processo de pensamento” (p. 107).

Mais adiante, afirma: “O singular, precisamente como singular, é conhecido de modo seguro e verdadeiro, tanto quanto mais rica e profundamente se descobrem suas mediações com o universal e o particular. Há, evidentemente, casos nos quais o conhecimento do singular, mediante aspectos isolados e puramente abstratos, é possível e suficiente; mas, nesses casos, trata-se, geralmente, mais de um reconhecimento (no sentido de identificação) do que de um conhecimento” (p. 116).

A questão se põe, então, como segue: “O singular não existe senão na conexão que conduz ao universal. O universal não existe senão no singular, através do singular. Todo singular é universal (de um modo ou de outro). Todo universal constitui uma partícula, ou um aspecto, ou a essência do singular. Todo universal abrange os objetos singulares de um modo meramente aproximado” (p. 118).

Por isso, “O movimento do singular ao universal, e vice-versa, está sempre mediado pelo particular; é um fenômeno real de mediação, tanto na realidade objetiva, como no pensamento, que reflete de modo aproximadamente adequado essa realidade. Mas é um meio de mediação, de natureza muito peculiar” (p. 121).

Para Lukács, “a particularidade desempenha, ante o singular, uma relativa universalidade, e uma relativa singularidade, com respeito ao universal” (p. 126). Mas “os momentos particulares mediadores

têm, freqüentemente, na natureza como na sociedade um ser de contornos relativamente firmes, uma figura própria” (p. 127).

Essas citações são suficientes para a compreensão de que a particularidade é um momento de um processo, que chega, com freqüência, a possuir “uma figura própria”, um contorno que se identifica no processo de movimento do real.

Lukács fala da história e da sociedade. Como ocorre o problema em geografia?

Lambert, em *Os Dois Brasis*, estuda uma particularidade, mas o resultado é a consideração de uma singularidade abstrata. Cito esse autor que, embora não geógrafo, desenvolveu um trabalho que poderia ser classificado como de sociogeografia. Além disso, sua contribuição marcou a obra de outros autores, como a de Monbeig.

Diz Lambert que “Os brasileiros estão divididos em dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como nos métodos de vida. Essas duas sociedades não evoluíram no mesmo ritmo e não atingiram a mesma fase; não estão separadas por uma diferença de natureza, mas por diferenças de idade... Observa-se, assim, dentro do próprio Brasil, a mesma diferença, grandemente acentuada, entre país novo, próspero e em constante transformação e sociedade velha, miserável e imóvel, que se nota no plano internacional” (p. 101).

Mais além, caracteriza os “contrastes” (p. 101), entre a “cultura arcaica” e “uma outra sociedade, muito mais móvel e evoluída” (p. 102); a diversidade observada abrange o que chama de “Brasil arcaico” e “Brasil novo”. (...) “Conquanto o país novo — continua — e o país velho, colonial, tenham cada qual o seu domínio próprio — o primeiro no Sul e o segundo no Nordeste — um e outro estão presentes por toda parte e indissolúvelmente ligados.” A isso, acrescenta, esclarecendo, a idéia de “diferenças de idade”: “os dois Brasis são igualmente brasileiros, mas estão separados por vários séculos” (p. 103).

Um dos Brasis apresenta “comunidades que não congregam senão um pequeno número de indivíduos”, unidos “pelas relações pessoais”; o outro “constitui uma vasta sociedade, cujos membros estão ligados não por contactos pessoais, mas pelas solidariedades indiretas, e bem mais amplas, da divisão do trabalho e das instituições políticas” (p. 120/1).

A natureza dos “contrastes” é que “o Brasil é ainda um país essencialmente agrícola, um país, entretanto, que se industrializa dia

a dia e que, em certas regiões, já deixou de ser subdesenvolvido” (p. 189).

Essa produção do raciocínio singular abstrato reaparece em Monbeig, no seu trabalho *O Brasil*. Por isso, diz que “Procurar uma fórmula-chave para definição do Brasil moderno seria uma ginástica intelectual. Mais vale reconhecer aquilo que lhe fez a originalidade” (p. 7). Comparando o “moderno” com o “colonial”, afirma: “Seria banal recordar que este continente tropical é uma terra de contrastes. Tudo aqui se faz por meio de bruscas mutações” (p. 8).

Enquanto Lambert examina uma realidade que lhe aparece como uma estrutura simples, dualista, e estática, Monbeig preocupa-se com o desenvolvimento dessa estrutura: “Progressivamente, os homens completam a conquista pacífica da terra brasileira, fazendo surgir regiões humanas singularmente mais complexas do que os grandes conjuntos naturais” (p. 39). A idéia de unidade na diversidade, presente em Lambert, é retomada aqui de outra maneira: “As regiões todas participam de igual estrutura econômica de origem colonial e as estruturas sociais, legado da sociedade do tempo dos plantadores, são, em toda parte, da mesma essência. É aí que importa procurar os fundamentos da sociedade brasileira. Aí, também, é que se acha a fonte de seus problemas” (p. 66). Por isso, os problemas atuais da população “decorrem — diz ele — de uma distribuição muito desigual dos habitantes pelo território e dos que são suscitados pela expansão demográfica e pelo futuro da infância” (p. 83). A economia moderna apresenta dinamismo e crescimento desiguais “em todas as regiões do país” (p. 84).

Retomando a idéia de Lambert, sobre a natureza do país, Monbeig afirma: “Elemento motriz da economia nacional, a agricultura não conseguiu ainda adaptar-se às necessidades do mundo moderno. Um velho Brasil agrícola se opõe a um novo Brasil agrícola” (...) (p. 101).

Depois de discorrer sobre o “Surto e limites da indústria”, Monbeig conclui: “Uma enorme distância separa dois Brasis, caracterizados por duas civilizações diferentes: o Brasil das metrópoles e o Brasil rural (...) Entre os dois Brasis, os liames são de dependência e de dominação. O Brasil evoluído age menos como um pólo de desenvolvimento do que como um pólo de atração. A diferença se aprofunda entre regiões de atividades diversificadas e lugares atrasados, entre as grandes cidades e seu arredores e o sertão, do mesmo modo que se alarga o fosso entre os países altamente industrializados, com elevado nível de vida, e o Terceiro Mundo” (p. 127).

Tanto Lambert, como Monbeig, podem ser incluídos entre os autores que discutem a realidade em termos de disparidades regionais. Essas disparidades regionais, contudo, são tomadas apenas em sua singularidade abstrata, ou seja, é feita a descrição da paisagem observada, em termos de sua aparência.

Lambert parte da idéia de dualismo, para fazer essa caracterização: Monbeig rejeita qualquer idéia orientadora da análise e, como Lambert, preocupa-se com a originalidade. Essa singularidade é um conhecimento verdadeiro naquilo que se trata de constatação fatural. Contudo, conforme citação de Hartshone, feita anteriormente, essa geografia deve ultrapassar o que o leigo pode constatar. Para que isso seja possível, é necessário considerar a particularidade concreta, como mediação dos espaços relacional e absoluto concretos, em sua expressão teórica.

Em *Geografia do Brasil*, do IBGE, as disparidades são tratadas como “diferenciações regionais e seus problemas” (p. VII, vol. I), caracterizando-se a análise pela descrição das variações das grandes regiões do país. Aqui, também, lida-se com a singularidade, embora se chegue ao nível do estabelecimento, ou quase, de sistemas e configurações espaciais. Trata-se de aplicação de uma teoria.

O estudo sistemático mais abrangente, publicado sobre o país por geógrafos, é o “Brasil a terra e o homem”. Aqui, a singularidade apresenta-se como um conjunto que mantém, dentro de si, as características simultâneas de metrópole e colônias (p. 27).

Em Lambert, uma caracterização estrutural simples; em Monbeig uma caracterização estrutural complexa; na obra do IBGE a constatação estrutural sistêmica em processo; em *Brasil, a terra e o homem* a descrição da relação centro-periferia como componente de uma estrutura analisada sistematicamente.

Repõe-se, então, a questão: a estrutura é um componente ideológico da análise, ou um atributo do objeto? O problema se põe novamente porque são possíveis os particulares e os universais abstratos. O que significa que análises de particulares e universais concretos poderiam também deixar em aberto a questão.

Discuto, então, nesta auto-avaliação crítica, algumas questões relativas à subtotalidade. O primeiro ponto a considerar é o problema do real como funcionamento e como movimento.

O funcionamento do real é sua estrutura. A afirmação significa que a contradição é, como diz Althusser, “complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinada” (p. 185). A sobredeterminação implica na consideração da ação, que se sabe determinada e que se

movimentada na autoconsciência da totalidade. Por isso, também da subtotalidade. A relação é, então, subjetiva-objetiva, ao mesmo tempo, de tal modo que a separação tradicional entre sujeito e objeto transforma-se em uma modalidade específica de autodeterminação consciente e não consciente. O ser é sujeito e objeto ao mesmo tempo.

A “era das tecnologias e das multinacionais”, a que se refere Milton Santos, está presente nessa teoria do conhecimento, no âmbito do espaço produtor e do espaço produzido.

Para Sartre, que examinou a questão em seu início de configuração, “compreender é modificar-se, ir além de si mesmo” (p. 20).

Desenvolvendo uma teoria do sujeito, diz: “A *práxis* é uma passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização; o projeto, como superação subjetiva da objetividade em direção à objetividade, tenso entre as condições objetivas do meio e as estruturas objetivas do campo dos possíveis, representa *em si mesmo* a unidade em movimento da subjetividade e da objetividade, estas determinações cardeais da atividade. O subjetivo aparece, então, como um momento necessário do processo objetivo” (p. 81).

Por isso, “o homem é, para si mesmo e para os outros, um ser significante, já que nunca se pode compreender o menor de seus gestos, sem superar o presente puro e explicá-lo pelo futuro” (p. 123). Então, “as significações vêm do homem e de seu projeto, mas se inscrevem por toda parte nas coisas e na ordem das coisas. Tudo, a todo instante, é sempre significante e as significações revelam-nos homens e relações entre os homens através das estruturas de nossa sociedade. Mas estas significações não nos aparecem senão na medida em que nós mesmos somos significantes” (p. 126). Daí que “o homem não é nem significante nem significado, mas *ao mesmo tempo* (...) significado-significante e significante-significado” (p. 133).

Qual a consequência?

É que, por isso, o movimento da estrutura se põe, ao mesmo tempo, como estrutura em movimento. Isto quer dizer que o espaço é tempo do espaço e o tempo é espaço do tempo. Mas esse espaço-tempo é um espaço-tempo alheio — para si — ou um espaço-tempo exterior — para outro. A ação consciente torna-se sobreconsciente e se põe como referência.

O pensamento, como movimento da estrutura, ou estrutura em movimento, ou, ainda, como movimento-estrutura, ganha concretude na materialidade da idéia. A idéia espacializa-se. Daí que a idéia espacializada passa a sobrepor-se à consciência para-si e para-outro.

Surge a possibilidade da teoria, na ontologia do espaço.

Uma primeira possibilidade é a geoeconomia. Trata-se de construir uma explicação, ao mesmo tempo, geográfica e econômica. O fundamento do conhecimento é, então, a teoria do valor, que contém o natural e o social como dados espaciais, em sua expressão de uso e de troca.

Outra possibilidade é a geoeconomia política. Nesse caso, o natural e o social são tomados como dados espaciais, em sua expressão de uso e de troca, enquanto fundamento da decisão política.

Uma solução não geográfica, mas de uso atualmente freqüente, é a relação economia política e espaço, com duas variantes: uma que concebe a espacialização da teoria do valor de Marx; outra, que acrescenta o espaço como dimensão da teoria marxista.

Entendo por geografia teórica, na solução pluralista, a disciplina capaz de desenvolver o estudo dessas possibilidades, e de outras, que não são pensadas aqui, neste texto.

A pesquisa nessa direção deve, não obstante, basear-se, inicialmente, no estudo de segmentos pequenos da realidade, de tal modo que a questão de ideologia e atributo se ponha como teoria em elaboração, no âmbito do trabalho intelectual. Coloca-se, então, a legalidade da geografia teórica.

Não quero terminar a exposição desta auto-avaliação crítica sem explicitar o conteúdo deste escrito: o desenvolvimento sério do trabalho teórico tem sido obstaculizado pelo veloz crescimento da transformação do mundo realizado em nossos dias, que afeta o próprio resultado desse trabalho, quando é possível realizá-lo. A solução pluralista é uma resposta a um mundo também pluralista pela incapacidade da teoria de dar conta de sua unidade. Por isso, o empirismo tecnológico recupera sempre seu terreno, até antecipando-se à capacidade de compreensão do real. Abre-se o caminho a novas modalidades de irracionalismo. Daí que se põe como dado a própria necessidade da teoria, que orienta a ação humana. As idéias aqui expostas têm como finalidade fundar a legalidade do trabalho intelectual não alienado e cada vez mais socialmente necessário no presente. Como esse trabalho se põe como produção da teoria, ele se coloca, ao mesmo tempo, como projeto, e como consciência do existir, que autodetermina a significação-significado. Por isso, legaliza-se a teleologia da idéia que se produz como idéia, abrindo caminho para a práxis específica da inteligência realizando o que o modo de produção coloca ante ela como necessidade. Põe-se, então, a própria

necessidade da liberdade do trabalho intelectual não alienado, sem o que a fetichização do produto positiva a consciência, empobrecendo-a e, com isso, produzindo e reproduzindo a idéia pobre e a realidade pobre que fundamenta essa idéia.

Referências bibliográficas

- Althusser, L. *Análise Crítica da Teoria Marxista*. Rio, Zahar 1967.
- Anderson J. *Ideologia em Geografia: uma Introdução*. Seleção de Textos 3. S. Paulo, A.G.B. 1977.
- Azevedo, A. (direção de). *Brasil, a Terra e o Homem*. Vol. I e II. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968-1970.
- Hartshorne. R. *Propósitos e Natureza da Geografia*. S. Paulo, HUCITEC-EDUSP, 1978.
- Harvey, D. *Social Justice and the City*. Londres, Edward Arnold, 1976. IBGE. *Geografia do Brasil*. Vol. I-V. Rio, Centro de Serviços Gráficos, 1977.
- Lacoste, Y. *A Geografia Serve Antes de Mais Nada para Fazer a Guerra*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.
- Lambert, J. *Os Dois Brasis*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.
- Lukács, G. *Prolegómenos a uma estética marxista*. Barcelona, Grijalbo, 1969.
- Monbeig, P. *O Brasil*, S. Paulo, DIFEL, 1969.
- Reclus, R. L'homme et la terre, em Claval, P. *Evolución de la geografía humana*. Barcelona, Oikos-Tau, 1905-1908.
- Santos M. *Por uma Geografia Nova*. S. Paulo, HUCITEC-EDUSP, 1978.
- Silva, A. C. da. *O Espaço Fora do Lugar*. S. Paulo, HUCITEC, 1978.
- Silva, A. C. da. *Cinco Paralelos e Um Meridiano* (Ensaio de Geografia Teórica). Original inédito. São Paulo, 1979.

6. A GEOGRAFIA ESTÁ EM CRISE. VIVA A GEOGRAFIA!*

Carlos Walter Porto Gonçalves

Muita tinta se tem gasto para discutir o que seria uma geografia científica. Esta busca de cientificidade é, até certo ponto, um esforço de legitimação do intelectual perante a sociedade como um todo. O ritual que envolve o trabalho intelectual tem, portanto, um caráter de busca de legitimidade que dá ao exercício do pensar o real uma dinâmica específica.

Todavia, a produção de conhecimento não se dá fora de um contexto histórico-social, onde uma série de linhas de forças se entrecrocavam na realidade; relações de forças essas das quais o trabalho intelectual tem que dar conta. Através dessas observações, queremos deixar claro que a ambicionada cientificidade, que é o modo específico de legitimação do trabalho intelectual, é relativa na própria medida em que o real é um movimento que se faz através de contradições que, por sua vez, atravessam a própria prática do intelectual.

Qualquer esforço no sentido de desvendar a natureza da crise de um determinado segmento do espaço do saber deve, portanto, partir da premissa de que o trabalho intelectual, embora possuindo uma dinâmica específica, sofre influência do próprio contexto histórico que constitui a materialidade do trabalho científico.

* Comunicação apresentada no 3.º Encontro Nacional de Geógrafos, julho de 1978, originalmente publicada no *Boletim Paulista de Geografia* 55, novembro de 1978.